



**Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro**

**Núcleo de Estudo Luso Brasileiro
Faculdade de Direito Universidade de Lisboa**

Av. da Alameda, sala 10.08 – Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa, Cidade
Universitária, Lisboa, Portugal.

Email: nelb@fd.ulisboa.pt

Site: nelb.pt

10 de junho 2020

Assunto: Requerimento de prorrogação do prazo para entrega dos relatórios do ano letivo 2020/21

Exmo. Senhor
Professor Doutor Dário Moura Vicente
Presidente do Conselho Científico

Exmos. Senhores Professores Doutores
Membros do Conselho Científico

Considerando que:

- i. O Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 11 de março de 2021, apresentou requerimento subscrito por 218 alunos do MDCJ e do Doutoramento a pugar a prorrogação do prazo de entrega dos relatórios do MDCJ e do Doutoramento;
- ii. O Conselho Científico deliberou em 28 de abril de 2021 a prorrogação dos prazos de entrega dos relatórios de mestrado e doutoramento do ano de 19/20 até ao dia 31 de agosto de 2021;
- iii. Entre o período de outubro de 2020 a abril de 2021, que foi objeto de consideração do Conselho Científico para a concessão da prorrogação **110 dias** de prazo dos alunos de 19/20, os alunos de 20/21 estiveram submetidos às mesmas circunstâncias e adversidades.
- iv. A situação pandémica provocada pela propagação do coronavírus SARS-CoV-2 conduziu à implementação de medidas restritivas, nomeadamente, do funcionamento de serviços públicos e privados;
- v. As restrições ao funcionamento de serviços de atendimento ao público impuseram, quando não o encerramento, a limitação em termos muito significativos dos serviços prestados, quer por bibliotecas nacionais, quer por bibliotecas estrangeiras, que, de todo o modo, tornaram-se inacessíveis;

- vi. Não obstante a implementação de mecanismos que permitem a consulta de materiais de investigação à distância, como a disponibilização de acesso a bases de dados, são conhecidas as limitações à investigação decorrentes da insuficiência de recursos humanos e da complexidade ou inoperância dos sistemas de empréstimo interbibliotecário;
- vii. Apesar do relativo e progressivo aligeiramento das restrições identificadas em Portugal, assiste-se ao agravamento da situação pandémica no Brasil, de onde é proveniente mais da metade dos alunos da pós-graduação científica e onde está, neste momento, a maior parte destes alunos, a que se associam, agravadas, as citadas restrições;
- viii. Durante o período de escrita para entrega dos relatórios da fase escolar dos cursos de Mestrado e Doutoramento, coube a Mestrandos e Doutorandos a realização de outras tarefas académicas que se rodearam de incertezas e que decorreram de modo atípico, em especial menção a estudantes-trabalhadores, assistentes e bolseiros;
- ix. Quaisquer alterações de prazo devem ter em conta o calendário académico e as condições de implementação dos serviços académicos da faculdade;

vêm o Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro e os Conselheiros Discentes do Conselho de Escola, do Conselho Académico e do Conselho Pedagógico, em aditamento aos requerimentos previamente apresentados, tendo em conta que fatos e circunstâncias posteriores ao pedido inicial reforçaram a necessidade das medidas requeridas, e mesmo de uma adaptação majorante, pedir ao Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

- i. a manutenção da data de 30 de setembro para a entrega para os alunos que tiverem condições de depositar o relatório, apesar das circunstâncias;
- ii. o acréscimo de uma nova data, em prorrogação dos prazos de entrega dos relatórios da fase escolar dos cursos de Mestrado e Doutoramento do ano de 20/21 por período que permita acomodar as circunstâncias acima descritas, sem prejuízo significativo da organização dos calendários escolares;
- iii. a determinação de novo prazo de atribuição e divulgação das notas finais, em adaptação aos Artigos 43.º, n. 5, e 70.º, n. 5, do Regulamento de Mestrados e Doutoramento, considerando que as circunstâncias excepcionais também afetam os professores e sua capacidade temporal de avaliação, e a necessidade de acautelar um calendário exequível.

Lisboa, 08 de junho de 2021

Membros discentes do Conselho de Escola
Membros discentes do Conselho Pedagógico
Membros discentes do Conselho Académico
Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa